

Mulheres e Biografia. Significados para a História

Women and Biography. Meanings for History

Rachel Soihet*

Abstract

While biographic studies increase the perspectives of historiographic production, this article intends to emphasize its importance in order to unveil women's experiences, which had been for long invisible to a History concentrated in the idea of universal subject. Distinguishing those experiences and within them the sign of gender differences felt by men and women leads to a deeper and broader comprehension of social relations. Beside other ones, feminine interpretation of social-historical experiences displays in a very singular way the interaction between public and private life, opposed to a dichotomic view. Thus, as E.P. Thompson points out, "ignoring women participation in a whole lot of realities would turn History into futility". On the other hand some debates on the development of these studies are equally mentioned.

Keywords: Cultural History; biography; genre; women; memoir

Resumo

No momento em que os estudos biográficos ampliam as perspectivas da produção historiográfica, o artigo visa contribuir para ressaltar sua importância com vista a trazer à tona experiências de mulheres, invisíveis durante largo tempo, diante de uma História que se manteve centrada na noção de sujeito universal. Distinguir essas experiências e, nelas, a marca das diferenças de gênero vividas por homens e mulheres leva a ampliar e aprofundar a compreensão das relações sociais. Entre outras, as leituras femininas das experiências histórico-sociais revelam, de modo singular, a interação entre a vida pública e privada, em contraposição a uma visão dicotômica. Assim, como frisa E. P. Thompson, desconhecer a atuação das mulheres em inúmeras realidades "reduziria a história à futilidade". Por outro lado, alguns questionamentos à forma como alguns desses estudos têm sido desenvolvidos são assinalados.

Palavras-chave: História Cultural; biografia; gênero; mulheres; memória.

A biografia histórica, gênero por largo tempo estigmatizado e criticado por seu enfoque excessivo sobre os grandes homens, seus feitos heróicos, assim como sobre os estudos institucionais, nos últimos anos voltou à cena. Tal fato mereceu uma série diversa de interpretações: triunfo de um individu-

* Profa. do Programa de Pós-Graduação da UFJF.

alismo em ascensão, decepção com o panorama político, o "fenômeno biográfico" se inscreveria numa conjuntura de "fim das ideologias", em que as tentativas de ligar os indivíduos à história coletiva tornaram-se suspeitas de totalitarismo¹. Sua emergência marcaria, em suma, o aguçar do *voyeurisme* e dos sentimentos narcísicos, símbolos da pós-modernidade. Alguns historiadores alertaram acerca do risco de se estar abandonando a "história-problema" para voltar a uma história cronológica, caracterizada por uma conceituação frágil. O próprio Jacques Le Goff, enquanto escrevia sua obra monumental sobre a vida de São Luís, expressava perplexidade diante da proliferação de biografias, considerando muitas delas "uma volta pura e simples à biografia tradicional, superficial, anedótica, puramente cronológica, que se sacrifica a uma psicologia ultrapassada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual".²

Em contraposição, outros acentuaram a relevância da biografia e da história de vida como forma de reabilitar o indivíduo enquanto ator histórico, ou seja, de recolocar o ser humano concreto no centro da história. Representava, portanto, a reação de uma visão humanista da história contra o determinismo abstrato das estruturas, tendo no seu centro não mais os grandes homens e seus feitos, mas os (as) anônimos (as), os vencidos (as), até então excluídos (as) da história. E, assim, a biografia constitui-se no campo ideal para verificar o caráter intersticial, mas importante, da liberdade de que dispõem os agentes sociais, e para verificar que, concretamente, os sistemas normativos não estão isentos de contradições³. Loriga concorda com tal perspectiva, afirmando que a redescoberta da biografia remeteria principalmente a experiências vinculadas ao "cotidiano", a "subjektividades outras": a história oral, os estudos sobre a cultura popular e a história das mulheres⁴.

Com relação à história das mulheres, cabe lembrar a pressão das historiadoras feministas com vista a revisões de uma História que, centrada na noção de sujeito universal, manteve experiências de outros sujeitos, as mulheres entre eles, em vastas áreas de invisibilidade. Decididas a mudar esse quadro, no empenho em recuperar o tempo perdido, as historiadoras tomaram consciência das dificuldades em penetrar no passado feminino, já que presença das mulheres nos arquivos públicos revela-se extremamente reduzida. Destinadas à esfera

¹VARIKAS, Eleni. "L'approche biographique dans l'histoire des femmes, le genre de l'histoire." *Les Cahiers du Grif* 37/38. Éditions Tierce. Trimestriel-Printemps 88, p. 41.

²LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? *Le Débat*, 1989, p. 49-50, apud LORIGA, Sabina. "A biografia como problema" In: *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Ed., p. 226.

³LEVI, Giovanni. "Usos da biografia" In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Ed., p. 180.

⁴LORIGA, op.cit., p. 225.

privada, por largo tempo, elas estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das futuras gerações, excetuando-se as situações em que perturbavam a ordem. Nesse caso, destacam-se os documentos policiais, aliados aos processos criminais, como fontes privilegiadas de acesso ao universo feminino dos segmentos populares, inclusive através dos próprios depoimentos das mulheres. Os jornais também, nestas situações, não devem ser esquecidos, pois constituem outra valiosa fonte de informação. Por outro lado, como acentua Michelle Perrot, as mulheres, com sua enorme habilidade para guardar os objetos pessoais, fotografias, conservar e transmitir as histórias vividas, individuais e coletivas da família e dos grupos com os quais estabeleciam ligações, têm se destacado como “guardiãs da memória” e, mais ainda, por sua capacidade de tecer redes e relações, conforme acrescenta Rago⁵. Nesta perspectiva, reconhece-se a importância da utilização da história oral, como instrumento dos mais adequados para registro da memória feminina, na medida em que o acesso das mulheres à escrita não se deu no mesmo ritmo dos homens.

As leituras femininas das experiências histórico-sociais vêm contribuindo para constatar-se a interação entre a vida pública e privada, em contraposição a uma visão burguesa dicotômica. A célebre escritora Virginia Woolf, já nos anos 1920, com sua enorme sensibilidade e lucidez, percebendo essa interdependência, registra a injustiça que acarretava para as mulheres a consagrada dicotomia. Discorrendo sobre a *frugalidade do jantar, o único que ela e sua amiga Mary tinham condições de consumir*, lamentava a “repreensível pobreza do nosso sexo”, ao mesmo tempo se perguntando: “O que estavam fazendo nossas mães que não tiveram nenhuma riqueza para nos legar?” Faz de forma irônica várias conjeturas absurdas, acerca de um suposto esbanjamento da fortuna: estariam aquelas senhoras... “Olhando as vitrines das lojas? Exibindo-se ao sol em Monte Carlo?”, hipóteses por ela mesma contestadas, ante a fotografia da mãe da amiga, uma senhora simples que tivera treze filhos. Seguem-se reflexões de como seria se a Sra. Seton, a mãe de Mary, ou “outra igual a ela, tivessem entrado no mundo dos negócios aos quinze anos de idade”. Mas, aí, acrescenta: “não teria havido (...) Mary alguma”. E, depois de ter frisado tal impossibilidade, diante da rigidez na divisão de papéis entre os dois gêneros, denunciava um outro elemento que garantia a reprodução do poder masculino, por força dessa interpenetração de esferas – privada e pública.

⁵ PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, ago-set. 1989, p. 13; REGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade. Luce Fabbrí e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 19.

Além disso, é igualmente inútil perguntar o que teria acontecido se a Sra. Seton e sua mãe, e a mãe de sua mãe, tivessem acumulado uma grande riqueza e a tivessem depositado aos cuidados das fundações, da faculdade e da biblioteca, porque, em primeiro lugar, lhes era impossível ganhar dinheiro e, em segundo, se tivesse sido possível, a lei lhes negava o direito de possuírem qualquer dinheiro ganho. Só nos últimos quarenta e oito anos é que a Sra. Seton pode ter algum centavo de seu. Em todos os séculos antes disso, o dinheiro teria sido propriedade do marido – um pensamento que talvez tenha contribuído para manter a Sra. Seton e sua mãe fora da Bolsa de Valores. “Cada centavo que eu ganhe” teriam dito elas, “será retirado de mim e empregado de acordo com o critério de meu marido...”⁶

Esta reflexão mostra a relevância dessas leituras para a produção acadêmica, além de sua significação política, indicando-as como forma de conhecer a atuação feminina em inúmeras realidades. Tais idéias serão retomadas pelos movimentos feministas, particularmente aqueles dos anos 1960/1970, que denunciaram como uma mistificação a separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político, insistindo sobre o caráter estrutural da dominação, expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático apresentava-se obscurecido, como se fosse produto de situações pessoais⁷.

O entrelaçamento entre o público e o privado é, também, muito sagazmente percebido por Machado de Assis, ao representar figuras femininas extremamente ambiciosas que, impossibilitadas de realizarem suas aspirações por si só, impulsionam os seus maridos na direção de suas ambições, a fim de ascenderem através deles. Em *Quincas Borba*, *Palha* e *Sofia* estão acordes no objetivo de enriquecer e ascender socialmente, *Sofia* atrai *Rubião* com esse propósito em vista, buscando seduzi-lo sem, porém, chegar à entrega, a fim de apoiar o marido nos seus planos de explorá-lo⁸. *Sofia* é o instrumento do “empurrão para cima”, com novas amizades e o abandono das antigas, reunindo um grupo, no qual entram um diretor de banco, “outro personagem bancário, um comerciante inglês, um deputado, um desembargador, um conselheiro, alguns capitalistas e um pouco mais”. *Sofia* corrigia as imperfeições do marido. “*Sofia* é que em verdade corrigia tudo. Observava, imitava. Necessidade e vocação fizeram-lhe adquirir aos poucos o que não trouxera do nascimento nem da fortuna...”⁹

Em *Esau e Jacó*, *Dona Cláudia*, casada com um ex-presidente de província, instiga-o a todo o momento na busca de prestígio e poder. Concluindo que, como conservador, o marido não conseguiria obter posto de destaque na conjuntura final do Império, busca

⁶WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1985. p. 29-32.

⁷VARIKAS, Eleni. “O Pessoal é Político” - Desventuras de uma Promessa Subversiva”. In: *Revista Tempo 3*. Niterói: Relume Dumará, Junho 1997, p. 97.

⁸ASSIS, Machado. “*Quincas Borba*”. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar, 1962.

⁹Raymundo Faoro. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: 1974, p. 236-7.

convencê-lo de que jamais o foi e que, na verdade, ele era "um liberalão, nunca foi outra coisa"¹⁰. No plano existencial, outro exemplo similar à iniciativa feminina na busca de conquistar prestígio que me ocorre é o de Júlia Lopes de Almeida. Autora de livros de sucesso e jornalista, desde fins do século XIX até a primeira metade dos anos 1930, Júlia teve que enfrentar as barreiras do seu período, em que muitas eram as dificuldades para as mulheres "serem consideradas escritoras e, assim, integrarem o cânone literário"¹¹. Apesar disso, embora Lopes tenha encontrado de início certa oposição, gradativamente impôs-se, adquirindo renome e prestígio. Observe-se que a receptividade de sua obra fez-se sentir não apenas junto ao público, como também mereceu destaque nos meios da crítica literária e entre seus pares¹². Ressalta a opinião de um conceituado crítico literário de sua época, José Veríssimo, o qual reconhece em uma de suas crônicas que "com o seu novo livro *A Falência*, a sra d. Julia Lopes de Almeida toma decididamente lugar e não somenos, entre os nossos romancistas"¹³. Em outra oportunidade, tecendo comentários sobre outra obra da escritora, *Ânsia Eterna*, afirma que "de todas as nossas literatas, a sra. Julia Lopes parece-me a única realmente bem dotada para o gênero de contos e romances. Ela escreve bem, (...) tem a inteligência das coisas, e uma virilidade sem a qual as escritoras descambam facilmente no pueril asneirado". Para o crítico, portanto, a qualidade viril era indispensável para que a *mulher-escritora* escapasse a um estatuto inferior¹⁴.

Ela própria, embora mais popular que o marido, o jornalista e escritor Filinto de Almeida, fazia questão de colocar-se em segundo plano, ressaltando, a todo o momento, o valor daquele. Tática utilizada, talvez, para garantir sua aceitação pelos homens e mulheres que compunham seu amplo público. Também, sabendo da impossibilidade de ter acesso à Academia Brasileira de Letras, pela proibição então existente com relação ao ingresso de mulheres, buscou garantir aquele espaço para o seu marido. Na verdade, parece tecer Júlia, a partir da esfera privada, uma trama visando uma ampla projeção na esfera pública, pois a presença de Filinto de Almeida na Academia, jornalista,

¹⁰ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. op. cit. p. 1002.

¹¹ LIMA DUARTE, Constância. "O Cânone Literário e a Autoria Feminina" *Gênero e Ciências Humanas, desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, p. 85-94.

¹² *A Família Medeiros*, romance publicado em 1891, foi alvo de dois dias de comentários na coluna de Aluizio de Azevedo no jornal literário *O Álbum*. Já João do Rio, aludindo à obra *A Viúva Simões*, confessa à própria autora, em célebre entrevista: *Não imagina a impressão desse trabalho na minha formação de pobre escrevinhador. Que intensidade de vida! Por sua vez, Lúcio de Mendonça referindo - se à publicação, ainda em folhetim, de *A Intrusa*, pelos idos de 1904, elogia sua forma literária que cada vez mais se aproxima da clara simplicidade, da sobriedade perfeita dos mestres.*

¹³ VERÍSSIMO, J. "Um romance da vida fluminense". *Correio da Manhã*. RJ: 04 de fevereiro de 1902.

¹⁴ VERÍSSIMO, J. "Últimos livros do ano". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 29 de dezembro de 1902. LIMA DUARTE, Constância. *Idem*, *ibidem*.

poeta e romancista bissexto, com pouca expressão no cenário literário, constituía-se num fato do qual não escapava a comparação inevitável entre o marido e ela, que era tida como literata de escol; com essa iniciativa, Júlia garantia estreitar as próprias relações pessoais com muitos políticos, intelectuais companheiros de seu esposo Filinto de Almeida na referida Academia. Estaria ela de forma astuciosa, dispersa, silenciosa, buscando aproveitar as "ocasiões", as possibilidades oferecidas para garantir o seu reconhecimento pleno, em termos profissionais e de gênero, no grau mais ampliado possível?¹⁵ Nesse particular, é sintomática a entrevista concedida pelo casal a João do Rio, quando a todo o momento a romancista evoca a prioridade de sua dedicação à família, exercendo o ofício de escritora apenas nos momentos vagos, algo difícil de acreditar, considerando-se a qualidade e a quantidade de sua produção. Por outro lado, quando Júlia retira-se um momento, alegando a necessidade de atender aos filhos, João do Rio, a sós com Filinto de Almeida, afirma: "Há muita gente que considera D. Júlia o primeiro romancista brasileiro. Ao que responde Filinto: "Pois não é? Nunca disse a ninguém, mas há muito que o penso. Não era eu quem devia estar na Academia, era ela".¹⁶

Cabe aqui lembrar que E. P. Thompson, em célebre texto, referindo-se ao sistema agrário de pequenos produtores que se apoiavam em práticas cuja observância ficava ao encargo das mulheres, frisava que o desconhecimento da atuação das mulheres, em inúmeras realidades, "reduziria a história à futilidade". E concluía: "A vida pública emerge de dentro das densas determinações da vida doméstica".¹⁷

Dessa forma, compreende-se a significação do enfoque biográfico para a história das mulheres e para os estudos feministas, que, embora também se vincule à recente vaga de entusiasmo por este campo, inscreve-se, como acentua Varikas, numa tradição de longa data, em termos de sua utilização pelas mulheres. Nesse sentido, propõe relacionar certos aspectos dessa tradição com as abordagens atuais da história das mulheres, o que possibilitaria explicitar certos desafios ideológicos freqüentemente inerentes ao uso da biografia, e refletir sobre alguns dos pressupostos que servem de base a este uso. Tal reflexão pode contribuir não só para captar melhor as causas deste ressurgimento da biografia na pesquisa feminista, como também para explorar as possibilidades e os limites dos métodos biográficos para a análise das relações sociais dos sexos numa perspectiva histórica.¹⁸

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 39, 44, 94.

¹⁶ RIO, João do. "Um lar de artistas". In: *O momento literário*. Rio de Janeiro: FBN, 1994, p.33

¹⁷ THOMPSON, E.P. "Folclore, antropologia e história social" In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.) *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p.234.

¹⁸ VARIKAS, op. cit., p. 42.

A biografia teria sido a primeira forma de história das mulheres, desde Christine de Pisan às primeiras publicações femininas e feministas do século XIX. Inclusive, porque a abordagem biográfica foi a linha central da tradição histórica, até a reação desencadeada por Marc Bloch e Lucien Febvre, ao final dos anos 1920, em favor de uma história atenta às estruturas econômicas e sociais, e voltada para os agentes coletivos. Data daí a marginalização da biografia, que passa a ser considerada uma espécie de história de segunda categoria. Sua presença, porém, manteve-se entre as mulheres, na forma de biografias romanceadas ou de vidas edificantes de mulheres virtuosas que servissem de exemplo para as jovens.

Este caráter edificante encontra-se, igualmente, na obra das feministas do XIX e, em geral, apresenta-se como uma história de mulheres notáveis, através de uma abordagem biográfica. Numa perspectiva positivista, as feministas focalizam em suas revistas e dicionários algumas mulheres excepcionais, de destaque no campo da política, da cultura e da religião. Buscam apresentar modelos femininos alternativos à imagem do tradicional feminino – passivo, fútil, sem maior iniciativa. A feminista alemã Louise Otto, no prefácio de sua obra *Mulheres influentes do povo* (*Einflussreiche Frauen aus dem Volke*), publicada em 1869, critica os critérios de seleção dos sujeitos femininos pelos biógrafos masculinos. Fazem-no, diz ela, não por sua ação consciente e refletida, mas pelos laços que as uniam aos grandes homens, seja pelo nascimento seja pela beleza. Em contraponto a esta postura, dispõe-se a apresentar mulheres que não tiveram necessidade desses atributos para se destacarem – apesar das circunstâncias desfavoráveis que as excluíam das atividades públicas, o que não lhes impediu de participarem de muitas conquistas de sua época.

Uma outra feminista, Fanny Lewald, em 1888, publica uma antologia de perfis biográficos de homens e mulheres, na qual incluiu somente mulheres que tiveram uma atividade profissional ou artística independente. Não faz, senão, algumas referências alusivas aos seus papéis tradicionais, enquanto esposas e mães, num período em que a definição do feminino restringia-se, cada vez mais, a suas relações domésticas e maternas.

Varikas assinala que a função dessas biografias, mesmo que não explicitada, foi a de provar que a capacidade feminina era idêntica à masculina: a de fazer a história, a de construir a civilização. Segundo ela, isto não implicou, porém, em um questionamento dessa forma de “fazer história”, em que reproduzem a sua definição épica, opondo os feitos dos homens àqueles das mulheres. Por outro lado, aponta aspectos positivos nessas iniciativas das mulheres, decorrentes de uma tentativa de subversão dos modelos recebidos, o que sugere a busca de outros valores, além de constituírem uma arma na defesa do gênero contra as tradições misóginas. E, hoje, quando a biografia

tem despertado interesse crescente, têm surgido obras desse tipo, buscando compreender o condicionamento social e sexual das mulheres focalizadas e a interação entre sua vida pública e privada.¹⁹ Por exemplo, certas biografias sobre Mary Woolstonecraft, autora da primeira denúncia sistemática das condições de subordinação feminina, condizem com esta perspectiva.

Nesse particular, em coerência com o panorama internacional, cabe mencionar que a brasileira Nísia Floresta Brasileira Augusta, revoltada com a educação deficiente e a privação de direitos às mulheres em nosso país, em 1832, com 22 anos, publicou a primeira edição de sua tradução da obra da autora acima citada: *Vindication of the Rights of Women*. Atenta às peculiaridades do contexto em que estava inserida, Nísia sem desprezar o âmago do pensamento de Mary, permitiu-se introduzir uma série de adaptações no texto original, chegando a criar um "outro texto".²⁰ Cerca de 163 anos depois, em 1995, eis que surge a biografia de Nísia Floresta, por iniciativa da professora e pesquisadora Constância Lima Duarte, na qual dá a conhecer as idéias inovadoras, e mesmo revolucionárias, assim como os aspectos de exceção presentes no comportamento de Nísia Floresta. Nesse sentido, faz uma apresentação das experiências de sua biografada, nos âmbitos privado e público, com vista a possibilitar maior inteligibilidade de sua atuação. Acata, assim, as mais respeitadas posições sobre a questão, de que "estas dualidades devem talvez ser apreendidas na sua unidade".²¹

Informa sobre seu nascimento, em 1810, em uma pequena localidade – Papari (hoje Nísia Floresta) – do Rio Grande do Norte, estado do Nordeste do Brasil, onde viveu os primeiros anos de sua existência. Casada aos treze anos, abandonou o marido alguns meses depois, voltando a residir com os pais. Mais tarde, em 1828, enamora-se de um jovem acadêmico, com quem passa a residir, e com o qual terá dois filhos. Em decorrência de tais fatos, é vítima de campanha caluniosa, especialmente por parte de seus conterrâneos. Nísia foi, talvez, uma das primeiras a romper com os preconceitos que cercavam as mulheres no país. Foi uma das primeiras também a colaborar em jornais, a partir de 1830, em Recife, publicando mais tarde, contos, poesias, novelas e ensaios em periódicos do Rio de Janeiro. Envolveu-se plenamente com as questões culturais de seu tempo, manifestando-as em sua militância que se abria em diversas vertentes,

¹⁹ VARIKAS. Op. Cit. p. 44.

²⁰ AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens (Introdução e notas de Constância Lima Duarte)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

²¹ FARGE, Arlette, PERROT, Michelle, SCHMITT-PANTEL, Pauline et alii. *A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia*. (trad. SOIHET, Rachel, SOARES, Rosana M. Alves, COSTA, Suelly Gomes) *GÊNERO Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. V. 2, n. 1, 2 semestre 2001. Niterói. EDUFF, 200, p. 24.

entre elas, o indianismo, o nacionalismo, a questão da escravidão e o feminismo. A educação feminina - sua preocupação prioritária - é *acentuada, como mostra Lima Duarte ao discutir sobre a iniciativa de Nísia em fundar, em 1838, e dirigir durante anos, um colégio para meninas no Rio de Janeiro - o Colégio Augusto -, cujo nível compete em qualidade com os melhores ali existentes, via de regra, dirigidos por estrangeiras. Observa Constância que, nos jornais da época, ao lado dos elogios à seriedade do trabalho desenvolvido no colégio, encontram-se também críticas à diretora por ousar privilegiar o ensino de línguas, em prejuízo dos trabalhos manuais, o que confirma um dos aspectos subversivos da atuação de Nísia Floresta. Assim, Constância Lima Duarte, unindo paixão e rigor acadêmico, ao concorrer para a reabilitação e justa consagração de Nísia Floresta, que por sua vida e obra constitui um exemplo de insubmissão aos preconceitos de seu tempo, contribui significativamente para mais um passo no esforço de dar visibilidade a uma história, por longo tempo marcada pela opacidade: a luta das mulheres pela aquisição de direitos e plena cidadania.*²²

Um outro aspecto a considerar constitui-se na oposição feminista à crença numa pretensa objetividade científica e às críticas e preconceitos contrários ao "fazer biográfico", que expressa um desafio mais amplo, do feminismo contemporâneo ao positivismo científico. Desafio este lançado a uma História que se diz neutra, mas que de fato é escrita do ponto de vista dos vencedores. Este tipo de crítica feminista, mais ou menos sistematizada desde os anos 1970, apresenta implicações diretas sobre o desenvolvimento e as interrogações metodológicas da abordagem biográfica.²³

Em contraposição a uma análise da realidade social que exclui, marginaliza ou interpreta equivocadamente as experiências femininas, as historiadoras feministas propuseram uma conduta que considerasse a categoria "gênero" como elemento central para a construção das relações sociais. Tal conduta implicaria numa problemática que situe as vidas individuais das mulheres no seu centro, com vista ao conhecimento da sua vida cotidiana, bem como percepção da vivência dos acontecimentos pelas mulheres. Este procedimento resultou no grande número de abordagens biográficas na pesquisa feminista ou sobre as mulheres: pesquisas baseadas em histórias de vida, predileção por fontes autobiográficas e literatura pessoal, além de biografias históricas de mulheres. Não obstante sua desigualdade e seu status teórico diversificado, estas abordagens têm na maior parte dos casos um ponto de partida comum, pelo menos no que concerne às suas intenções: a vontade de não mais submeter a experiência

²² LIMA DUARTE, Constância. Nísia Floresta: Vida e Obra. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

²³ VARIKAS. op. cit. p. 46.

social das mulheres a categorias de análise prontas, mas ao contrário elaborar estas categorias a partir da experiência social das mulheres. Dois dos trabalhos clássicos, que marcaram os debates e as interrogações na história das mulheres nos EUA, foram elaborados a partir de abordagens biográficas: a biografia de Catherine Beecher, *A study in American domesticity* e o artigo célebre de Carol Smith-Roseberg "The female world of love and ritual". Ambos partem da experiência quotidiana das mulheres para estudar a gênese de uma subjetividade feminina em suas relações complexas com o desenvolvimento do ideal doméstico.

Outro aspecto do desafio feminista é a crítica de toda conduta científica que considere as mulheres (como também os homens) como *objeto* científico de observação e de manipulação pelo pesquisador – sujeito. Este tipo de crítica, embora não tenha sido inventado pelas mulheres, sendo há muito tempo alvo de debates, em particular no domínio da antropologia e da etnologia, foi apropriado pela pesquisa feminista²⁴, a qual insistiu enfaticamente sobre a necessidade de se reconhecer o objeto de pesquisa como um *sujeito à parte* e estabelecer com ele uma relação de *reciprocidade*. É este espírito que anima desde então as pesquisas sociológicas nas quais as pessoas estudadas tomam parte ativa no desenvolvimento da problemática da pesquisa. Esta conduta tem um estatuto ético, pois ataca o próprio cerne da estrutura hierárquica da pesquisa. Ela tem igualmente um estatuto político, na medida em que postula que a pesquisa deve ser conduzida com vista a um fim emancipador, isto é, numa perspectiva que deveria contribuir para a supressão das relações de opressão e de exploração das quais são vítimas as pessoas e os grupos estudados. E é esta perspectiva de emancipação que deveria ditar as questões colocadas, os problemas abordados, mas também os métodos com os quais se tenta resolvê-los.

Por fim, observa-se o fortalecimento da idéia, aliás, bastante antiga, de que a compreensão da vida de uma mulher dependeria da possibilidade de uma relação empática que só poderia vir de outra mulher. Idéia que atravessa os escritos femininos desde Christine de Pisan a Virginia Woolf e se encontra no centro do debate biográfico proposto pelas feministas. Segundo elas, é o compartilhamento de uma mesma posição social – no caso, o gênero – que funda a legitimidade da atitude empática. Esta atitude não seria pertinente apenas com relação às mulheres, como aos sujeitos em geral, sendo uma das premissas desse debate. Tal atitude apresenta não somente um valor ético, como um *status* cognitivo, na medida que obriga a (o) pesqui-

²⁴ Talvez, devido ao fato de que as mulheres tenham se constituído num dos grupos sociais mais radicalmente coisificados pelas abordagens normativas desta visão científica.

sadora (or) a colocar como questões toda uma série de “fatos” que na história oficial tem o selo da evidência.²⁵

De acordo com Varikas, em que pese a riqueza de implicações dessa reflexão, crítica das práticas científicas, suas proposições metodológicas concretas e os pressupostos que a sustentam não deixam de apresentar ambigüidades. Tais ambigüidades, continua ela, caracterizam com freqüência a pesquisa feminista em geral, mas se manifestam de maneira particularmente aguda na prática e na teoria biográficas, sobretudo no que concerne às “novas relações” entre biógrafa e biografada. A relação de intersubjetividade, diz ela, afigura-se impossível na pesquisa sobre o passado, em que os sujeitos não têm nenhum meio de se defender de nossas hipóteses ou interpretações. Mas mesmo quando uma relação de reciprocidade é possível - e desejável - a distância entre biógrafa e biografada não seria abolida. De um lado, porque o objetivo de toda pesquisa é traduzir as experiências particulares de seus sujeitos nos termos mais gerais e forçosamente mais abstratos, o que introduz uma tensão permanente entre nossa vontade de respeitar a experiência subjetiva de nosso sujeito e a necessidade de ligá-la a um processo ou a estruturas que ultrapassam o universo imediato desta experiência.

Embora eu reconheça a presença dessas ambigüidades, em relação às quais devemos estar, a todo tempo, atentas (os), tal problemática não deve tornar-se um fator imobilizador. O método biográfico constitui-se no campo ideal para verificação das brechas utilizadas pelos subalternos, entre eles, as mulheres, os quais, mesmo que se valendo de subterfúgios, compõem a rede de uma antidisciplina. Desta forma, buscam aproveitar as “ocasiões”, as possibilidades oferecidas para garantir o exercício de sua cidadania, inclusive em termos de gênero, no grau mais ampliado possível.²⁶ Sem esquecer, como indica Levi, que através da biografia pode-se comprovar a existência de contradições nos sistemas normativos, tornando exeqüível a ação desses sujeitos.²⁷ Assim, há que confiar na capacidade de “invenção” das (os) historiadoras (es), de estratégias que permitam a ultrapassagem dos obstáculos acima apresentados, já que a utopia deve ser nosso horizonte. O que nos faz lembrar a reflexão de Benjamin: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador...”²⁸, pois a utopia deve ser o nosso horizonte.

²⁵ VARIKAS. Op. Cit. p. 47-48

²⁶ CERTEAU, Michel de. Op. cit. p. 39, 44, 94

²⁷ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia” In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Ed., p. 180.

²⁸ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume I*. São Paulo. Brasiliense, 1986, p. 224.

Buscando um cotejo com algumas das propostas aqui enunciadas, examinarei o recente trabalho da historiadora Margareth Rago, no qual analisa as experiências de vida e o pensamento da intelectual e militante anarquista, italiana radicada no Uruguai, Luce Fabbri²⁹. Descartando razões biológicas e de sexo, considera Rago, porém, que as mulheres têm uma contribuição peculiar, na construção da cultura e da linguagem, marcada pelas diferenças de gênero, decorrentes das especificidades de sua inserção social e cultural. Nesse sentido, propõe-se a autora a “contar a história do anarquismo no feminino”, a partir da memória daquela intelectual, professora universitária, autora de inúmeras obras e militante, com a qual partilhou intensa convivência, através de anos de relacionamento constante, participação nas reuniões em sua casa, entrevistas, correspondência, consultas a sua biblioteca particular etc. Esclarece que não procura desvendar a “realidade” do passado de Luce e do movimento anarquista, como inúmeros (as) historiadores (as) teriam se proposto, buscando seguir o movimento de suas memórias, a leitura que ela constrói de sua própria experiência. Emerge dos escritos de Rago uma forte empatia com a biografada, desenvolvendo-se uma relação calorosa de amizade e admiração da historiadora com aquela sobre cuja vida se debruçava. Portanto, suas relações em muito distavam das prescrições de “neutralidade”, postuladas, por longo tempo, para o “fazer histórico”, caracterizado pela pretensa objetividade própria do positivismo científico, alinhando-se às recomendações da crítica contemporânea feminista, acima apresentada.

A liberdade constitui-se no ponto alto das preocupações de Fabbri, mas não aquela do anarquismo individualista e, sim, a liberdade unida à solidariedade, em termos de uma “ajuda recíproca organizada (...) única base possível para que um indivíduo se sinta livre”. Enxerga Rago que, em sua prática do anarquismo, Luce precede e conflui com as formulações foucaultianas, no que concerne às reflexões sobre a “estética da existência”, na medida em que procura construir sua vida como “vida de arte”, uma existência estilizada, totalmente, mesmo que numa perspectiva política - reflexão esta cujo significado é o de que para Fabbri, pessoa extremamente ética e virtuosa, a prática cotidiana do anarquismo constitui-se num trabalho ético, em relação ao mundo e a si mesma, como uma busca ininterrupta da liberdade, associada à questão da solidariedade e da justiça social. Luce discorda radicalmente dessa interpretação, inclusive, porque, vindo de uma formação iluminista, entende a estética como um domínio referido unicamente à arte - artes plásticas, poesia, música - o que, segundo ela, não se aplica ao seu caso, o qual caracteriza como um

²⁹ RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade*. Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

"impulso ético, racional..." Toda essa minha argumentação visa assinalar que na citada obra, mesmo que a autora desconheça, cumpre-se outra das recomendações decorrentes da pesquisa feminista, ou seja, a de que o objeto da pesquisa seja tratado como um "sujeito à parte", desenvolvendo-se entre ele e os/as pesquisadores/as uma relação de "reciprocidade". E este espírito está presente, na medida em que a pessoa estudada, Luce Fabbri, tem parte ativa no desenvolvimento da problemática da pesquisa.

Por outro lado, exageros acontecem e uma guinada crescente para o relativismo pode ser observada no processo de movimentação contrária às concepções historiográficas, herdeiras do iluminismo e defensoras de uma atitude de neutralidade no trato biográfico. Um exemplo é a opinião das participantes da coletânea *Between Women*, cerca de vinte biógrafas, romancistas, críticas e artistas que abordam as relações complexas que se estabelecem entre a biógrafa e seu sujeito. Chegam a um consenso de que, ao invés de lutar pela maior distância e imparcialidade possível, seria necessário integrar as relações de identificação com o sujeito na sua conduta metodológica, o que as faria "sair dessa experiência com uma lucidez maior do que aquela que acompanha a objetividade"³⁰.

Nesta atitude, buscam apelar para o potencial cognitivo da relação empática. Mas, como bem esclarece Varikas, em quem me apoio nas colocações que se seguem, identificação e empatia não são a mesma coisa. A primeira torna problemática uma abordagem crítica, enquanto a segunda não necessariamente. Podem-se abordar as contradições e os limites de uma pessoa com compreensão e, mesmo, com cumplicidade, sem, no entanto, abolir a distância que dela nos separa. Por reação ao objetivismo, estaria se apresentando uma tendência inversa que poderia atingir um relativismo absoluto, na medida em que os efeitos da identificação são vistos não como um dos aspectos que se deve tomar em consideração para o trabalho biográfico, mas como uma solução metodológica que, a partir dela ofereceria a chave para a compreensão da biografada. Uma das autoras da citada obra, Blanche Wiesen Cook, fornece exemplos da identificação experimentada com seus sujeitos, como o que se segue:

³⁰ Carol Ascher, Louise De Salvo, Sara Ruddick. *Between Women. Biographers, novelists, critics, teachers and artists write about their work on women*. Boston, 1984, p. XXIII, apud Varikas. Op. Cit. p.49.

Mme. Roosevelt detestava o álcool e eu procurei me contentar com café, enquanto estudei a complexidade das transformações de seus entusiásticos engajamentos no tempo. Além disso, ela tinha o hábito de fazer listas – listas de coisas a fazer, a ler, ou a pedir. No presente, eu também acumulo listas como jamais o fizera. Não que eu seja um camaleão ou uma filha obediente (...). Mas eu tento compreender, sentir profundamente, absorver os odores, tanto quanto possível (...) dos meus sujeitos. A maior parte da alegria da descoberta reside no sentimento, na experiência, no conhecimento mais profundo possível da essência da vida do sujeito...³¹

Este exemplo extremo de “superidentificação” demonstra que as ilusões positivistas não são apanágio exclusivo do objetivismo científico. Na conduta da autora tudo se passa como se “a essência da vida” da personagem constituísse uma espécie de verdade positiva que somente aguardava para ser descoberto o olhar sensível e solidário da biógrafa, um olhar cuja fonte não mais seria a afinidade de uma posição social, mas, sobretudo, um estado d’alma; o que resulta no psicologismo –uma tendência da qual as mulheres tanto sofreram enquanto sujeitos de biografias.

Mesmo quando a conduta biográfica quer se justificar a partir da afinidade de uma situação social, no caso, a opressão de gênero, ela coloca como resolvidos certos aspectos da relação intersubjetiva que são problemáticos. Isto porque, se é verdade que as mulheres são mais suscetíveis de compreender as experiências históricas femininas, enquanto membros do mesmo grupo oprimido, esta compreensão constitui “uma potencialidade e não uma qualidade inerente a toda mulher”. Uma potencialidade que é mediada pelas categorias e equipamentos mentais que as mulheres emprestam do universo cultural de sua época, o mesmo universo no qual são ao mesmo tempo incluídas e excluídas. A compreensão é igualmente mediada pela posição ocupada pela biógrafa ou historiadora enquanto indivíduo na época e na sociedade em que vive, pelo nível de consciência quanto à discriminação da qual ela é objeto, por suas estratégias em face dessa discriminação. Esta é uma das razões pelas quais inúmeras biografias testemunham mais a vida e as angústias de suas autoras, do que se constituam em representações de seus sujeitos³².

Com freqüência, o que envolve a pesquisa de uma mulher sobre uma outra vida feminina é a vontade ou a necessidade de buscar pontos de referência para uma autodefinição não mais fundada no modelo patriarcal, mas sobre as experiências reais das mulheres. Isto implica na busca de uma outra verdade sobre si mesmas, diversa

³¹ COOK, Blanche Wiesen. “Biographers and Subject: A Critical Connection”, *ibid.*, p. 400. apud VARIKAS. Op. Cit. p.50.

³² VARIKAS. Op.Cit. p. 51.



daquela que serviu para a naturalização da opressão, conscientes de que “uma identidade de gênero não reificada está ainda a ser buscada...”

Neste contexto, a abordagem biográfica pode ajudar a situar no centro da problemática a experiência social das mulheres, não como uma essência qualquer que nos confiaria o segredo de uma identidade feminina hipostasiada, mas como “um perpétuo vai-e-vem entre o dado e o vivido, o objetivo e o subjetivo, as determinações e as margens de manobra; um vai-e-vem no qual se inscreve o projeto de uma vida e que constrói e reconstrói sem cessar o universo social no qual se afirmam, enquanto sujeitos, os indivíduos e os coletivos”. Esta perspectiva permite ultrapassar a dicotomia submissão/revolta e compreender porque binômios como entusiasmo/decepção, afirmação de si/resignação, desvio/conformismo, etc, apresentam-se tão próximos nos escritos e nas vidas das mulheres sobre as quais se trabalha, tomando difícil integrá-las em nossa interpretação sem privilegiar uns ou outros. Poder-se-ia, através dessa abordagem, avaliar a vida das mulheres numa dupla perspectiva, levando-se em conta a realidade tal como se apresenta e, ao mesmo tempo, o campo das possibilidades de mudança³³; ajudar a substituir a busca de modelos pela compreensão histórica, o subjetivismo psicológico pela subjetividade das mulheres, no sentido de “tomarem-se sujeitos” de sua própria vida. A biografia pode, portanto, ajudar a romper definitivamente com abordagens de “ciclos de vida”, dos papéis e funções que por longo tempo confinaram as experiências das mulheres numa perspectiva naturalista. Em conseqüência destacar-se-á seu papel em evitar as tão propaladas dicotomias: produção/reprodução, público/privado, masculino/feminino, a fim de abordar as experiências históricas das mulheres como um conjunto significativo a partir do qual se elaboram as categorias de análise.

Tal conduta é válida não exclusivamente para o estudo das mulheres nem das relações sociais de gênero. E o que nos é necessário, enquanto gênero subordinado, não é reduzir a história da humanidade às experiências sociais das mulheres, mas fazer com que esta história *seja elaborada a partir de todas as experiências humanas, tanto no que elas têm de comum como no que têm de específico*³⁴, o que pressupõe uma revisão radical na maneira de pensar a história. E, nessa revisão, a abordagem biográfica das mulheres, e do ponto de vista das mulheres, constitui-se numa contribuição preciosa não enquanto método específico, mas pela pertinência das questões que ela pode colocar.

³³ SARTRE, Jean Paul. *Question de méthode*. Paris: Gallimard, 1960, p. 209, apud Varikas, p. 53.

³⁴ VARIKAS. Op. Cit. p. 54.

A abordagem biográfica pode, enfim, ajudar a restituir a multiplicidade das experiências femininas, a multiplicidade de maneiras que vivem seus constrangimentos, a multiplicidades de caminhos que trilham para se afirmar como indivíduos plenos. Assim, emergirão na completude de sua diversidade, em termos de condição social, raça/etnia, geração etc. Romper a homogeneidade desta categoria abstrata em nossa análise, não é somente reconhecer o direito de as mulheres de todos os tempos se realizarem enquanto seres autônomos. É, igualmente, uma condição indispensável para refletir sobre as mulheres, enquanto grupo susceptível de se constituir em sujeito coletivo de sua própria liberação, buscando participar da humanidade de acordo com seus próprios termos.